

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Vítório Júnior – PP
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
 - 2.1 – Comissões
- 3 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 5 – ERRATA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 18/6/2026

Presidência do Deputado Leleco Pimentel

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Duarte Bechir – Ana Paula Siqueira – Antonio Carlos Arantes – Gil Pereira – Ione Pinheiro – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Professor Wendel Mesquita – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Leleco Pimentel) – Às 14h8min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 19 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/5/2026

Às 16h6min, comparecem à reunião a deputada Bella Gonçalves (substituindo o deputado Marquinho Lemos, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Ricardo Campos e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ricardo Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (dois ofícios em 2/4/2026); da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (um ofício em 27/3/2026); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (um ofício em 6/2/2026); do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar (cinco ofícios em 22/1/2026); dezoito ofícios da Secretaria de Estado de

Desenvolvimento Social (um em 30/1, três em 6/2, quatorze em 26/2/2026); da Universidade Estadual de Montes Claros (um ofício em 20/2/2026); e do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (um ofício em 9/4/2026). Comunica também recebimento de ofício do deputado Tadeu Leite, presidente desta Casa, em que informa sobre a prestação de contas do governo referente ao 1º ciclo do Assembleia Fiscaliza. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 21.122/2026, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater, a pedido do Fórum de Enfrentamento e Combate ao Trabalho Infantil e Profissionalização do Adolescente de Minas Gerais, a imprescindibilidade de instituir o Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador, em alusão ao Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil;

nº 21.230/2026, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o andamento das discussões relativas à regionalização da proteção social especial de média e alta complexidade, especialmente no âmbito da Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni;

nº 21.232/2026, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Itaobim e à Prefeitura Municipal de Ladainha pedido de providências para que acessem os materiais técnicos, orientações e conteúdos formativos produzidos pela Secretária de Estado de Desenvolvimento Social acerca da Política de Assistência Social disponíveis na plataforma Educa Suas, por meio do *link* <https://ead.suas.mg.gov.br>;

nº 21.239/2026, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja realizada visita ao Presídio de Juatuba, nesse município, para verificar as condições de custódia das pessoas privadas de liberdade e para apurar denúncias relacionadas a violações de direitos humanos;

nº 21.240/2026, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre a previsão de conclusão das obras da subestação de energia elétrica que atenderá os municípios que menciona.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2026.

Ricardo Campos, presidente – Marquinho Lemos – Ulysses Gomes.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/6/2026

Às 15h43min, comparecem à reunião as deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e o deputado Lucas Lasmar (substituindo a deputada Andreia de Jesus, por indicação do BDL). Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 20.743/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância do Projeto de Lei nº 2.355/2024, que institui o Dia Estadual de Conscientização da Esclerose Lateral Amiotrófica, e para realizar consulta à população sobre essa matéria, sob a ótica do direito humano à saúde;

nº 20.766/2026, da deputada Lohanna, em que requer seja realizada audiência pública para debater o atendimento prestado às pessoas surdas nos serviços de saúde e nos demais serviços públicos, especialmente quanto à garantia de acessibilidade comunicacional, dignidade e autonomia dessas pessoas;

nº 20.861/2026, da deputada Lohanna, em que requer seja realizada audiência pública para debater a efetivação do direito à acessibilidade comunicacional das pessoas surdas no âmbito dos serviços de saúde e dos demais serviços públicos;

nº 20.963/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações acerca do número de pacientes que fazem uso do medicamento Riluzol no âmbito do sistema público estadual de saúde, considerando sua indicação no tratamento da esclerose lateral amiotrófica;

nº 21.005/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Pastoral do Menor da Regional Leste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e para debater a atuação da entidade na proteção integral e no fortalecimento de políticas públicas voltadas aos direitos das crianças e dos adolescentes;

nº 21.006/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Pastoral do Menor da Regional Leste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pelos 50 anos de sua fundação e pelo relevante trabalho desenvolvido na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil;

nº 21.007/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação dos Bairros de Teófilo Otoni pelos 45 anos de sua fundação e por sua relevante contribuição para a defesa dos direitos humanos no Estado;

nº 21.718/2026, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações com Marilene Araújo Carvalho pelos relevantes serviços prestados na defesa dos direitos humanos no Município de Salto da Divisa;

nº 22.003/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre as razões pelas quais os técnicos de segurança do trabalho e os técnicos de saúde bucal não foram contemplados pelos efeitos da Portaria Presidencial nº 3.401, de 26/3/2025, bem como sobre os fundamentos que impedem esses servidores de optar pela carga horária de trabalho de 30 horas semanais;

nº 22.004/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para permitir que os técnicos operacionais de saúde, os técnicos de segurança do trabalho e os técnicos de saúde bucal possam optar pela carga horária de trabalho de 30 horas semanais;

nº 22.005/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as medidas adotadas para implementação do disposto na Norma Regulamentadora nº 1, especificamente no tocante aos riscos psicossociais, considerando a vigência da referida norma com essa novidade a partir de 26/5/2026, com os esclarecimentos que menciona;

nº 22.006/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para a realização de concursos públicos para o provimento de cargos na Rede Fhemig;

nº 22.007/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado ao Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais e ao Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais pedido de providências para que fiscalizem a situação funcional dos profissionais que atuam no atendimento de farmácia das unidades da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais;

nº 22.008/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para suspensão dos descontos efetuados na folha de pagamento dos servidores que participaram da greve ocorrida em março de 2026 e para o pagamento dos valores referentes a esses descontos indevidos;

nº 22.009/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para garantir que servidores plantonistas possam iniciar suas férias regulamentares no dia de sua escala de plantão;

nº 22.010/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convocada a presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, e convidados a secretária de Estado de Planejamento e Gestão e o diretor do Complexo de Urgência e Emergência do Hospital João XXIII, para debater os impactos da implantação do novo *software* de gestão hospitalar Tasy no Hospital Júlia Kubitschek, em Belo Horizonte, bem como problemas recorrentes na Rede Fhemig e descontos indevidos na folha de pagamento dos servidores em decorrência dos movimentos grevistas de março de 2026;

nº 22.014/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para adoção do vencimento básico do servidor como referência para o cálculo da devida gratificação por risco à saúde;

nº 22.016/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para alterarem a regulamentação que trata das escalas de trabalho em regime de plantão nas unidades da Fhemig e do Ipsemg, impedindo o acréscimo de mais um plantão mensal;

nº 22.021/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao comandante do 38º Batalhão de Polícia Militar, em São João del-Rei, pedido de informações acerca dos procedimentos adotados nas abordagens à população em situação de rua no município, com os esclarecimentos que especifica;

nº 22.022/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público em São João del-Rei pedido de providências para apuração de denúncias de violações de direitos humanos e de possíveis práticas abusivas adotadas contra pessoas em situação de rua no município;

nº 22.023/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao comandante da Guarda Civil Municipal de São João del-Rei pedido de informações acerca dos procedimentos adotados nas abordagens à população em situação de rua nesse município, com os detalhamentos que menciona;

nº 22.024/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de São João del-Rei e à secretária municipal de Assistência Social de São João del-Rei pedido de informações sobre as ações desenvolvidas para a população em situação de rua do município, com os esclarecimentos que menciona;

nº 22.025/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de São João del-Rei pedido de providências para a construção de uma política pública permanente voltada para a população em situação de rua, com prioridade para as ações que menciona, em substituição a práticas meramente repressivas ou de caráter higienista;

nº 22.041/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Barão de Cocais pedido de informações sobre as providências adotadas em relação a denúncia de assédio moral apresentada por servidora dessa prefeitura; a instauração de processo administrativo disciplinar relacionado aos mesmos fatos; e os mecanismos de proteção a denunciante de assédio moral no âmbito da administração pública municipal;

nº 22.059/2026, do deputado Lucas Lasmar e outros, em que requerem seja realizada audiência pública, para a qual seja convocada a presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e sejam convidados a secretária de Estado de Planejamento e Gestão e o diretor do Complexo de Urgência e Emergência do Hospital João XXIII, para debater novamente os impactos da implantação do novo *software* de gestão hospitalar Tasy no Hospital Júlia Kubitschek, em Belo Horizonte, bem como para debater a situação da Fhemig, especialmente as condições de trabalho dos servidores, os impactos da atual gestão sobre a assistência prestada à população e a valorização dos trabalhadores da saúde;

nº 22.098/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Conselho Tutelar em Cataguases e ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência pedido de providências para que acionem a Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça e realizem fiscalização e acompanhamento dos procedimentos adotados para concessão e manutenção do passe livre às pessoas com transtorno do espectro autista;

nº 22.099/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde de Cataguases e ao Ministério Público pedido de providências para que promovam a apuração da exigência de renovação periódica de laudos médicos de pessoas com transtorno do espectro autista para manutenção ou renovação do benefício de passe livre no referido município;

nº 22.111/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância histórica, cultural e social do movimento Clube da Esquina para a defesa da democracia, da liberdade de expressão, da diversidade cultural e dos direitos humanos no Estado e no País, bem como sua contribuição para a valorização da cultura popular, da identidade mineira e da produção artística comprometida com a justiça social e a cidadania;

nº 22.112/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da preservação das tradições culturais populares e afro-brasileiras do Município de Raposos, bem como o papel da cultura na promoção dos direitos humanos, da memória coletiva, da identidade comunitária e da participação social, e para proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações de que trata o Requerimento em Comissão nº 22.133/2026;

nº 22.113/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Uberlândia, para debater a situação da Ocupação Fidel Castro, localizada nesse município, com foco nos meios de garantir os direitos das famílias residentes no território;

nº 22.114/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, ao Núcleo de Correição Administrativa da Sejusp, ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais, ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e ao Ministério Público em Patrocínio pedido de providências para que sejam apurados os fatos relacionados à denúncia de agressão física praticada por policial penal contra pessoa privada de liberdade nas dependências da Penitenciária de Patrocínio, bem como possível omissão de agentes públicos que teriam presenciado o ocorrido, com a adoção das medidas que menciona;

nº 22.115/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais, ao Núcleo de Correição Administrativa da Sejusp, ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e ao Ministério Público em Patrocínio pedido de providências para que sejam apuradas as denúncias de supressão ou restrição arbitrária do direito ao banho de sol de pessoas privadas de liberdade custodiadas na Penitenciária de Patrocínio, com a adoção das medidas que menciona;

nº 22.116/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à 2ª Delegacia de Polícia Civil de Contagem, à Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério Público em Contagem e à Secretaria Municipal de Educação de Contagem pedido de providências para apuração de denúncia de discriminação motivada por orientação sexual praticada contra professora vinculada ao Centro de Educação Infantil Nova Geração, localizado no referido município, com a adoção das medidas que especifica;

nº 22.117/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais pedido de providências para suspensão das transferências de pessoas privadas de liberdade custodiadas na Unidade Prisional de Lagoa Santa até a conclusão de avaliação técnica sobre a alteração do perfil da unidade, bem como para publicização dos estudos e fundamentos administrativos que embasaram a medida;

nº 22.122/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater os resultados do Fórum Técnico Minas Sem Miséria, que teve o objetivo de promover a escuta da sociedade para subsidiar e apoiar a elaboração do Plano Mineiro de Combate à Miséria e aprimorar as políticas públicas necessárias à erradicação da miséria no Estado;

nº 22.127/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância dos centros de convivência e cultura como dispositivos estratégicos da rede de atenção psicossocial e para discutir estratégias de fortalecimento, ampliação e consolidação dessa política pública no Estado;

nº 22.128/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à Defensoria Pública em Patrocínio, ao Ministério Público em Patrocínio e à Vara de Execuções Penais da Comarca de Patrocínio pedido de providências para a regularização e o aprimoramento dos procedimentos de atendimento aos familiares e visitantes da Unidade Prisional de Patrocínio, especialmente quanto à comunicação institucional, aos processos de cadastramento para visitas e à organização dos dias de visitação;

nº 22.131/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada visita à Ocupação Fidel Castro, no Município de Uberlândia, para avaliar o processo de regularização fundiária da área, as condições de moradia e infraestrutura existentes no território, a garantia do direito à moradia adequada, a segurança da posse e a implementação de políticas públicas destinadas às famílias residentes na comunidade;

nº 22.132/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulado voto de congratulações com as prefeituras mencionadas por sua adesão ao Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável e à Agenda 2030 das Nações Unidas;

nº 22.133/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição, que comemora neste ano o centenário da Escola de Arte Musical de Raposos, e com a Guarda de Moçambique de São Benedito, a Guarda de Marujos de Santa Efigênia e a Guarda de Caboclos do Divino Espírito Santo, por contribuírem historicamente para a preservação da memória coletiva, a valorização das identidades locais, a formação cidadã e o fortalecimento dos vínculos comunitários no Município de Raposos;

nº 22.134/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater os direitos humanos da juventude periférica e o papel do movimento *hip-hop* como ferramenta de prevenção às violências, de promoção da igualdade racial, de inclusão social e de fortalecimento da cidadania, bem como discutir os desafios e as políticas públicas relacionados ao acesso de jovens de periferias urbanas à educação, ao trabalho, à cultura, ao lazer e à participação política;

nº 22.135/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Promotoria de Defesa da Saúde do Ministério Público e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário pedido de providências para instauração de procedimento destinado à apuração das condições estruturais e assistenciais da Unidade de Pronto Atendimento Acrízio Menezes, situada em Justinópolis, no Município de Ribeirão das Neves, especialmente quanto aos pontos que especifica;

nº 22.138/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Prefeitura e à Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão das Neves pedido de providências para que seja instaurada apuração administrativa das circunstâncias da morte de Brenda Larissa Maia, de 32 anos, ocorrida na madrugada de 7/6/2026, nas dependências da Unidade de Pronto Atendimento Acrízio Menezes, localizada em Justinópolis, no Município de Ribeirão das Neves, com adoção das medidas que especifica;

nº 22.139/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria Especial de Saúde Indígena, ao Ministério da Saúde, à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria Municipal de Saúde de Betim pedido de providências para proteção integral dos direitos humanos da comunidade indígena warao residente na Ocupação Terra Mãe, no Município de Betim, com especial atenção às crianças em situação de desnutrição ou baixo peso, intensificando-se as ações de vigilância nutricional, atenção básica à saúde e acompanhamento contínuo da comunidade, com a adoção das medidas que menciona;

nº 22.140/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer sejam apresentadas pela comissão as emendas cujo teor explicita ao Projeto de Lei nº 5.735/2026, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027;

nº 22.141/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado às Secretarias Municipais de Assistência Social e de Educação e à Prefeitura Municipal de Betim pedido de providências para adoção de medidas emergenciais de proteção dos direitos da comunidade indígena warao residente na Ocupação Terra Mãe, nesse município, com a adoção das medidas que especifica;

nº 22.142/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público Federal e à Defensoria Pública da União pedido de informações sobre as medidas adotadas no acompanhamento da situação da comunidade indígena warao residente na Ocupação Terra Mãe, no Município de Betim, especialmente após a vistoria técnica realizada em dezembro de 2025 por instituições do sistema de justiça e de proteção dos direitos humanos; seja encaminhado à Defensoria Pública Especializada em Conflitos Agrários e Socioambientais, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário e ao Centro de Apoio Comunitário do Ministério Público pedido de informações sobre as medidas adotadas no acompanhamento da situação da comunidade indígena warao residente na Ocupação Terra Mãe, no Município de Betim, especialmente após a vistoria técnica realizada em dezembro de 2025 por instituições do sistema de justiça e de proteção dos direitos humanos; e seja encaminhado ao Ministério Público Federal, à Defensoria Pública da União, à Defensoria Pública Especializada em Conflitos Agrários e Socioambientais, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário e ao Centro de Apoio Comunitário do Ministério Público pedido de providências para enfrentamento das condições precárias de vida da comunidade indígena warao residente na Ocupação Terra Mãe, no Município de Betim, com a adoção das medidas que menciona;

nº 22.143/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, ao Ministério dos Povos Indígenas, ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania pedido de providências para a adoção de medidas destinadas à proteção social, sanitária e alimentar da comunidade indígena warao residente na Ocupação Terra Mãe, no Município de Betim, visando à garantia dos direitos dos povos indígenas e dos direitos humanos dessa população, com a adoção das medidas que especifica;

nº 22.144/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para que sejam apuradas as circunstâncias da morte de Brenda Larissa Maia, de 32 anos, ocorrida na madrugada do dia 7/6/2026, na Unidade de Pronto Atendimento Acrízio Menezes, no Município de Ribeirão das Neves, com a adoção das medidas que menciona;

nº 22.145/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para implementação de ações de proteção social voltadas à comunidade indígena warao residente na Ocupação Terra Mãe, no Município de Betim, bem como para apoio técnico ao município e acompanhamento permanente da situação de extrema vulnerabilidade social, alimentar e humanitária vivenciada pelas famílias, com adoção das medidas que especifica;

nº 22.146/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público e à Corregedoria da Guarda Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que sejam apurados os fatos relacionados às denúncias de uso

desproporcional da força e de violações de direitos durante as manifestações realizadas no dia 2/6/2026 por trabalhadores da educação da rede municipal de Belo Horizonte;

nº 22.147/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convocado o presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, para debater os impactos sociais, jurídicos e humanitários de remoções, despejos e ameaças de desocupação promovidos por essa companhia em comunidades urbanas e rurais do Estado, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte e na represa de Três Marias;

nº 22.148/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos sociais, jurídicos e humanitários das remoções, despejos e ameaças de desocupação promovidos pela Companhia Energética de Minas Gerais em comunidades urbanas e rurais do Estado, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte e na região da represa de Três Marias.

Registra-se a presença da deputada Andreia de Jesus. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2026.

Bella Gonçalves, presidente.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 16/6/2026

Às 14h13min, comparecem à reunião as deputadas Ana Paula Siqueira e Lohanna e o deputado Ricardo Campos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (um ofício em 22/1/2026); da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (um ofício em 17/12/2025 e um ofício em 12/2/2026); da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (um ofício em 20/11/2025); da Secretaria de Estado de Saúde (dois ofícios em 4/12/2025); da Secretaria de Estado de Educação (um ofício em 27/2/2026); da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (um ofício em 20/11/2025); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 11/12/2025); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (um ofício em 26/2/2026). A presidenta acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 944/2023, no 2º turno, do qual avocou para si a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 2.574/2021 e 3632/2022 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento da deputada Lohanna, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.504/2024, na forma do vencido no 1º turno (relatora: deputada Ana Paula Siqueira); em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.650/2025 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Ricardo Campos); e 5.120/2026 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Ana Paula Siqueira); e pela rejeição da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 3.597/2022 (relator: deputado Ricardo Campos); e, em turno único, do Projeto de Resolução nº 85/2025, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Ricardo Campos); e dos Projetos de Lei nºs 2.500/2021, na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Ricardo Campos); e 4.376/2025, na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Ana Paula Siqueira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 16.763, 16.953 e 18.106/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 21.703/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e à Polícia Civil pedido de providências para o fortalecimento da rede de proteção às mulheres e de combate à violência contra as mulheres e ao feminicídio no Estado, com a execução das medidas que especifica;

nº 21.897/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Cel. PM Cleide Barcelos dos Reis Rodrigues por ter sido a primeira mulher escolhida para comandar a Polícia Militar de Minas Gerais em 251 anos de história da corporação;

nº 22.220/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o impacto e o custo da violência contra a mulher no Produto Interno Bruto do Estado e do País;

nº 22.236/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o caso de Isadora Ferreira da Costa, com foco na avaliação das políticas públicas de atenção integral à saúde materno-infantil e no suporte institucional e social oferecido às mães e cuidadoras no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado;

nº 22.242/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada visita ao Hospital Regional João Penido, no Município de Juiz de Fora, para verificar as graves denúncias de abuso de autoridade, assédio moral e precariedade nas condições de trabalho enfrentadas pelos servidores da saúde;

nº 22.254/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para repressão de atos de assédio moral, abuso de autoridade e coação administrativa praticados contra os servidores do Hospital Regional Dr. João Penido, em Juiz de Fora, e para cessação da aplicação de medidas punitivas aos profissionais que exerçam o direito de recusa ética assistencial, nos termos da Resolução Cofen nº 564/2017;

nº 22.255/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para assegurar a formalização adequada dos atos administrativos relacionados à gestão de pessoal no Hospital Regional Dr. João Penido, em Juiz de Fora;

nº 22.256/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a readequação do dimensionamento de pessoal de nível superior, especialmente enfermeiros e chefias, nas alas assistenciais e semicríticas do Hospital Regional Dr. João Penido, em Juiz de Fora;

nº 22.257/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a alocação de recursos humanos no Hospital Regional Dr. João Penido – HRJP –, em Juiz de Fora, consubstanciadas nos documentos que especifica;

nº 22.258/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para apurar e sanar denúncias de irregularidades, assédio moral e precariedade nas relações de trabalho do Hospital Regional Dr. João Penido, em Juiz de Fora;

nº 22.259/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde e à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que, considerando a visita realizada pela comissão à Maternidade Odete Valadares, em 14/5/2026, tomem as medidas que especifica;

nº 22.260/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à 19ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde, ao Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais, ao Conselho Federal de Enfermagem, ao Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais, ao Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, ao Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, ao Conselho Hospitalar de Saúde da Maternidade Odete Valadares – MOV –, ao Conselho Municipal de Saúde Belo Horizonte e à direção e à gerência administrativa da MOV o relatório da visita da comissão à referida maternidade, realizada em 14/5/2026, com a

finalidade de fiscalizar e acompanhar as condições de funcionamento dessa unidade referencial de assistência da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, com especial atenção às instalações do bloco obstétrico recentemente revitalizado, para verificar a adequação da infraestrutura e a qualidade do atendimento prestado às usuárias;

nº 22.261/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os desdobramentos da visita realizada pela comissão, em 14/5/2026, à Maternidade Odete Valadares, em Belo Horizonte.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Maternidade Odete Valadares, realizada em 14/5/2026, em atendimento ao Requerimento em Comissão nº 19.554/2026. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2026.

Ana Paula Siqueira, presidenta – Andréia de Jesus – Ulysses Gomes.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados João Magalhães e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/6/2026, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no 1º ciclo de 2026 de Prestação de Contas do Governo, considerando o período de 1º/5/2025 a 30/4/2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2026.

Tito Torres, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Alê Portela, Ione Pinheiro e Macacé Evaristo e o deputado Luizinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/6/2026, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater, com representantes do Comando-Geral da Polícia Militar e da Secretaria de Estado de Educação, o planejamento de implantação das novas unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar, a necessidade de abertura de novas unidades e os impactos da medida para a rede estadual da educação básica.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 18/6/2026, a seguinte correspondência:

OFÍCIO Nº 26/2026**(Correspondente ao Ofício SCC/GAB Governador nº 143/2026)**

Belo Horizonte, 18 de junho de 2026.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para comunicar a Vossa Excelência que estarei em missão oficial internacional na cidade de Londres, Inglaterra, no período de 20 a 25 de junho de 2026.

A referida missão tem caráter institucional, com o objetivo de atender a compromissos oficiais de interesse do Estado de Minas Gerais.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossa Excelência, aos Deputados e às Deputadas desta egrégia Assembleia Legislativa.

Atenciosamente,

Mateus Simões, governador do Estado de Minas Gerais.

OFÍCIOS

Ofício-E nº 1450/2026/Segov/STL, da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 790/2023, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 790/2023.)

Ofício nº 601/2026-SFT/Aneel, da Agência Nacional de Energia Elétrica, prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.718/2026, da Comissão de Desenvolvimento Econômico. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.718/2026.)

Ofício do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.023/2026, da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.023/2026.)

Ofício SES/GAB-ATOSLEG nº 96/2026, da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.028/2026, da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.028/2026.)

Ofício do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.260/2026, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.260/2026.)

Ofício nº 170.771/2026/DG-Copar/DG/DNITSEDE, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 17.282 e 17.296/2026, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. (– Anexe-se aos Requerimentos nºs 17.282 e 17.296/2026.)

Ofício da Gabinete Militar do Governador do Estado prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.411/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.411/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.829/2026, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.829/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.832/2026, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.832/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.833/2026, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.833/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 17.942/2026, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 17.942/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 18.032/2026, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 18.032/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 18.047/2026, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 18.047/2026.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/6/2026, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando André Frade de Andrade, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;

exonerando, a partir de 17/6/2026, Sandra Maria Soares da Silva, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Avança Minas;

nomeando Milton Rodrigues da Silva Filho, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 9/2026

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Aquino e Bolsoni Serviços Odontológicos Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, destinado aos usuários da assistência odontológica da credenciante, previstos na Deliberação da Mesa nº 2.565, de 2013, nas especialidades clínica odontológica geral, endodontia, implantodontia e ortodontia, reconhecidas pelo Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais, de acordo com a tabela de procedimentos odontológicos da credenciante. Vigência: da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas até o dia 17/6/2034, termo final de validade do Credenciamento nº 2/2024, conforme o item 9.5.15 do respectivo edital. Licitação: inexigível, nos termos do art. 74, inciso IV, combinado com art. 79, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 16/6/2026, na pág. 11, onde se lê:

“Fábio Torres Ramos”, leia-se:

“Fábio Torres Ramos de Freitas”.